

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
GEOGRAFIA**

**GLEIZE BARBOSA PIRES**

**INDÍGENAS GUARANI-KAIUWÁ RESIDENTE NO PERÍMETRO  
URBANO DE GUIA LOPES DA LAGUNA ASSISTIDOS PELO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRAS (CENTRO DE  
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)**

**JARDIM – MS  
2013**

**GLEIZE BARBOSA PIRES**

**INDÍGENAS GUARANI-KAIUWÁ RESIDENTES NO PERIMETRO  
URBANO DE GUIA LOPES DA LAGUNA ASSISTIDOS PELO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRAS (CENTRO DE  
REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientadora: prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Cristina de Souza

JARDIM  
2013

## Ficha Catalográfica

Pires, Gleize Barbosa

INDÍGENAS GUARANI-KAIUWÁ RESIDENTES NO PERIMETRO URBANO DE GUIA LOPES DA LAGUNA ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRAS (CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)/ Gleize Barbosa Pires – Jardim: [s.n], 2013.

45 f

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Cristina de Souza.

1. Pressupostos Teóricos 2. “Esparramo” Guarani no Mato Grosso do Sul  
3. Análise dos dados

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apenas para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**GLEIZE BARBOSA PIRES**

### **INDÍGENAS GUARANI-KAIUVÁ RESIDENTES NO PERIMETRO URBANO DE GUIA LOPES DA LAGUNA ASSISTIDOS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CRAS (CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

---

Presidente da Banca:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Cristina de Souza

Professora do Curso de Geografia, UEMS

---

Membro da Banca:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

Coordenadora do Curso de Geografia, UEMS

---

Membro da Banca:

Prof. João Evaldo Ghizoni Dieterich

Agosto de 2013

## DEDICATÓRIA

A Deus, Senhor e companheiro de todos  
os momentos.

A meu esposo Aauto Rodvalho.

A meus pais Perpétua Barbosa e Alípio  
Pires razão do meu existir.

A meu Irmão Geisel e minha Avó  
Emilina.

A meus Mestres e Colegas de curso.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda força, sabedoria e coragem que ele me concedeu, para chegar até aqui e terminar esta fase tão importante em meu existir.

A meu esposo Aduino Rodovalho, por todo carinho, incentivo e apoio que me deu durante todo o período do curso.

A meus pais Perpétua e Alípio, por todo amor, e apoio que deram durante todo o período do curso.

A meu irmão Geisel e a Minha Avó Emilina, pessoas importantes em minha vida e que tanto me distraíram em momentos difíceis.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Cristina de Souza, pela competência e paciência com que me orientou.

A meus mestres por todo o conhecimento dispensado a minha formação.

A meus colegas de curso que se tornaram minha segunda família durante estes quatro anos. Pessoas que jamais irei esquecer e que sempre vão ser importantes em minha história, pois juntos passamos momentos tristes e felizes.

A minha amiga Tatiane Servim, com quem convivi, discuti, me diverti durante estes quatro anos.

Aos indígenas desaldeados Guaranis, que me permitiram realizar este trabalho e que tanto me auxiliaram enquanto fonte de pesquisa.

A todos, que de alguma maneira me auxiliaram até aqui, para que eu estivesse terminando tal etapa de minha formação profissional.

## EPÍGRAFE

“Da tribo pujante,  
Que agora anda errante  
Por fado inconstante,  
E os campos talados,  
E os arcos quebrados,  
E os meigos cantores,  
Servindo a senhores,  
Que vinham traidores,  
Com mostras de paz”.

Gonçalves Dias

## RESUMO

O presente trabalho procura desenvolver uma análise sobre os indígenas guaranis desaldeados em Guia Lopes da Laguna, depois de verificarmos a deficiência nas existências desses dados. Percebemos então a necessidade de se realizar esse levantamento como forma de garantir a este povo o registro de informações sobre sua trajetória histórica e ocupação de seu território. Para a realização dessa pesquisa, definiu-se como objeto de estudo as famílias indígenas desaldeadas, assistidas por programas sociais pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do perímetro urbano do município de Guia Lopes da Laguna – MS com o objetivo de entender quais melhorias estes programas trazem para esse público.

**Palavras-chave:** Indígenas Guaranis Desaldeados, Programas de Assistência Social, Indígenas em MS.

## ABSTRACT

This paper seeks to develop an analysis of the indigenous Guaraní desaldeados in Guia Lopes of Laguna, after having seen the deficiency in stocks of such data. We realized the need to conduct this survey as a way to guarantee these people the registration information on its historical trajectory and occupation of their territory. For this survey, it was defined as an object of study indigenous families desaldeadadas, assisted by social programs by the Reference Center for Social Assistance (CRAS) the urban municipality of Guia Lopes da Laguna - with MS in order to understand what improvements these programs bring to the public.

**Keywords:** Indigenous Guaraní Desaldeados, Social Assistance Programs, Indigenous MS

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Território Guarani.....	25
Figura 02 – Localização do Município de Guia Lopes da Laguna no Estado do Mato Grosso do Sul.....	26
Figura 03 – Casa da indígena Eliane Palácio, Bairro São Miguel (G.L.L.).....	36
Figura 04 - Casa da indígena Marli Pinoza, Bairro São Miguel (G.L.L.).....	37
Figura 05 – Banheiro da família de Nair Pinoza, Bairro São Miguel (G.L.L.).....	39
Figura 06 - Casa da indígena Cristina Arima Peralta, Bairro São Miguel (G.L.L.).....	39

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Quantidade de famílias cadastradas no CRAS.....	35
Gráfico 02 – Percentual de famílias entrevistadas.....	35

## **LISTA DE SIGLAS**

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CIMI - Conselho Missionário Indigenista

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MS - Mato Grosso do Sul

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

ONG - Organização Não Governamental

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	16
CAPÍTULO II: “ESPARRAMO” GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL.....	25
CAPÍTULO III: FAMÍLIAS GUARANI DESALDEADAS DE GUIA LOPES ATENDIDAS PELO CRAS.....	33
3.1 - CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência social) e sua atuação dentro da sociedade Lagunense.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXOS.....	45

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi proposto depois de verificarmos a deficiência nos dados sobre os indígenas guaranis desaldeados em Guia Lopes da Laguna, percebendo dessa forma, a necessidade de se realizar o levantamento desses dados como forma de garantir a este povo informações concretas sobre sua trajetória histórica e ocupação de seu território. Como defende Haesbaert (2005) “[...] as sociedades tradicionais conjugavam a construção material “funcional” do território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura.” O território para essa sociedade é importante tanto para sua sobrevivência física como cultural, demonstrando a importância da recuperação da área tradicional deste povo para a manutenção de sua identidade e de sua existência étnica.

A análise da questão da territorialidade e da desterritorialização foram realizadas a partir das teses de Rogério Haesbaert, que afirma que “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”. O autor aponta formas de discutir a questão da desterritorialização e territorialização de povos excluídos.

O Território Flutuante foi trabalhado segundo a visão de Michel Maffesoli (2001) o qual afirma que é “[...] um território que não predispõe as coisas estabelecidas com seu cortejo de certezas e de hábitos [...]”, sendo assim pode se constituir em um “território” de hábitos e cultura próprios a cada sociedade. Para a análise do território Guarani, este conceito contribui à medida que demonstra que para ser um território não há necessidade de prender-se à ocupação do espaço físico somente, mas sim, de como o território é utilizado culturalmente por um povo. Dessa forma, todos os espaços ocupados pelos Guaranis, seja na cidade, sejam em território Kadwéu ou Terena, são territórios Guaranis.

Durante as análises, percebemos que a identidade Guarani auxiliou na manutenção deste território, mesmo que flutuante, conforme definimos.

O conceito de identidade que utilizamos é o de Hall, que a define como algo que preenche o espaço entre o interior e o exterior entre o indivíduo e o mundo. Este conceito nos ajuda a compreender a identidade Guarani que traz dentro de si valores culturais próprios que, entretanto, dialogam com a multiplicidade de outras identidades, adquirindo outros valores, sem, contudo perder a sua originalidade, aquilo que os distingue de outras identidades e que se mantem até a atualidade.

Durante as entrevistas e a observação participante, buscamos compreender a cosmografia deste povo e sua perspectiva sobre suas condições de sobrevivência sem um

território próprio, porém mantendo seu pertencimento étnico, através de aspectos culturais que são passados as novas gerações.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a discussão dos pressupostos teóricos, onde tais pressupostos são comparados com a temática, apresentando as primeiras conclusões resultantes da análise de toda a problemática Guarani, perante a conceituação de diversos autores usados, apresentam sobre os temas deste trabalhado.

No segundo capítulo foi discutido o “Esparramo” Guarani no estado de Mato Grosso do Sul. Este termo foi cunhado por Antonio Brand (1997) para explicar o êxodo das terras tradicionais indígenas Guaranis e o conseqüente desaldeamento causado por tal processo. Para abordar esta temática, iniciaremos este fazendo um histórico sobre a etnia, retratando alguns dos processos de exclusão de tal grupo de suas terras tradicionais.

O terceiro capítulo faz a análise dos dados das famílias indígenas desaldeadas de Guias Lopes da Laguna, assistidas por programas sociais pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do perímetro urbano do município de Guia Lopes da Laguna – MS, com o objetivo de entender quais melhorias estes programas trazem para esse público.

## CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para entendermos toda a dinâmica ligada ao êxodo das terras tradicionais indígenas, vamos partir da análise das questões territoriais. Neste aspecto, nos pautaremos em Haesbaert (2004, p. 40), que coloca a noção de território sobre três vertentes diferentes, a saber.

A primeira vertente seria a Política, na qual o território é o espaço delimitado e controlado pelo poder político do Estado, a segunda vertente seria a Cultural, em que o simbólico está envolvido, portanto o território é delimitado pelo valor simbólico que determinado grupo demonstra por aquela parcela espacial e a terceira e última vertente é a Econômica, nesta o território é tido como fonte de recursos e palco para os embates das classes econômicas existentes no capitalismo.

Na análise a ser desenvolvida nesta pesquisa, usaremos as três noções de território empregadas pelo autor, entre outras. A noção Política será empregada na análise dos programas sociais que são direcionados a tal parcela da população, bem como o que os mesmos trazem de benefício para os indígenas aos quais atendem. A noção Econômica demonstrando os aspectos econômicos ligados ao êxodo destes da aldeia para a cidade e finalmente a Cultural, para demonstrar os aspectos próprios da etnia como forma de compreendermos a cosmovisão deste povo.

Outra concepção de território que se faz interessante a esta análise é a concebida por Milton Santos, que não entende o território como um conceito: “Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (2000, p. 22). Portanto precisamos entender como a identidade atua para a manutenção do território, compreendendo a atuação da etnia sobre o mesmo ou como no caso dos indígenas desaldeados, como a falta de um território fixo/tradicional constrói as interações sociais com o restante de seu povo, com os demais indivíduos da sociedade a qual estes serão obrigados a se inserir e conviver para que alcancem os direitos básicos de um cidadão.

O território como dito anteriormente remete-nos a uma dimensão cultural que é traduzida por Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), citado em Haesbaert (2004) para descrever como é a relação de pertencimento entre os indivíduos e os territórios:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (1996, p. 13-14 apud HAESBAERT, 2004, p. 73).

Desta forma, os laços históricos e culturais definem a relação do grupo com o território, formando a sua identidade.

Outra concepção de território que foi utilizado nesta pesquisa está ligado ao sentimento de pertencimento dos indivíduos a sua etnia que gera uma noção de território ligada ao local onde a etnia estabelece o seu sistema de reprodução cultural, que Maffesoli chama de Território Flutuante.

O Território Flutuante, que segundo Maffesoli é, “[...] um território que não predispõe as coisas estabelecidas com seu cortejo de certezas e de hábitos [...]” (2001, p. 181). Para esta análise do território dos índios desaldeados do município de Guia Lopes da Laguna, tal conceito contribui à medida que demonstra que para ser um território não há necessidade de prender-se à ocupação do espaço físico somente, mas sim de como o território é utilizado culturalmente por um povo.

Esta parcela da população indígena desenvolve neste território todo um arcabouço cultural que será ligado àquela população, independentemente de onde estiver localizada. Este é herdado de geração em geração, como desenvolveu em sua fala Claval (2001, p. 61) “A cultura é herança transmitida de uma geração a outra.”, É através da cultura que a população indígena desaldeada, mantém este território ao qual nos referimos acima.

Define-se Cultura Segundo Claval (2001, p. 63): “A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte”. Ou seja, a cultura soma todos os conhecimentos que foram adquiridos pelos antepassados do povo, junto com os acontecimentos que os indivíduos passam em sua vida, sendo moldada com o passar do tempo, o que proporciona a estrutura de seu território flutuante, fazendo-se de base para a manutenção de sua identidade enquanto pertencente a sua etnia.

Através da construção e manutenção de sua identidade ainda que desaldeados, os indígenas do grupo analisado nesta pesquisa, reafirmam seu pertencimento a etnia Guarani, pois como afirma Hall (2003, p. 13), a identidade é definida como algo que preenche o espaço entre o interior e o exterior entre o indivíduo e o mundo, por que:

[...] projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura.

Este conceito ajuda a compreender que mesmo desaldeados, os Guarani trazem dentro de si valores culturais próprios do seu povo, dialogando com a multiplicidade de identidades com as quais possuem contato permanente, adquirindo outros valores, sem, contudo perder o que é próprio da sua etnia, aquilo que os distingue de outras identidades. Hall (2003, p. 38), ainda pontua:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

No caso Guarani aqui analisado, a identidade é reforçada pelo nível de pertencimento que a população possui com sua origem étnica, pois, mesmo após serem desaldeados, continuam diretamente ligados a identidade tida como “original”. Sendo que esta poderia ter sido completamente suprimida em favor das demais, com as quais tiveram contato, devido o grande período de tempo ao qual foram retirados de seu território tradicional, vagando as margens de estradas e cidades, onde buscavam um lugar para garantir sua sobrevivência. Dessa forma, concluímos que, continuam mantendo a sua identidade através da memória que possuem do passado, em um processo parecido com o que foi descrito por Hall (2003, p. 88):

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias.

Sendo assim, mantêm sua identidade como forma de lutar por seus direitos e pela retomada de seu território tradicional. Seguindo ainda, a análise sobre a identidade Claval (2001, p. 181) relata que:

Os sentimentos de identidade têm conseqüências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si. O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores culturais que foram adotados.

Essa citação vem confirmar o que já tínhamos descrito acima, quando falamos que a identidade de um grupo pode conviver com os demais com as quais o grupo tenha contato, como é o caso dos Guarani com os “Branços”, porém estes nunca perdem a sua cultura inicial, que é preservada através de seus ritos, cerimônias, crenças, etc. a cultura demonstra também que a identidade favorece o sentimento de territorialidade o que reconhecemos aqui como o território flutuante deste povo. Podemos encontrar traços culturais em uma simples fala deste povo o que demonstra que a história oral é umas das condicionantes para a manutenção de toda essa dinâmica sociocultural.

A história oral age como forma viva de passar a memória coletiva dos antepassados para as novas gerações, pois:

A história oral seria inovadora primeiramente para seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história [...], a história do cotidiano e da vida privada [...] a história do local enraizada. (AMADO e FERREIRA, 2005, p. 4).

Neste caso em questão, a história oral serve de fonte de informação sobre toda a história e cultura que os indivíduos Guaranis sabem sobre seus antepassados, sobre sua origem, sua trajetória, o êxodo de suas aldeias e todo o deslocamento que passaram até chegarem ao território em que estão habitando na atualidade.

Do ponto de vista científico, a história oral serve para contribuir com informações sobre todo esse processo descrito acima, pois, as documentações oficiais, muitas vezes não apresentam as informações e os fatos históricos em seu conjunto, mas apenas recortes temporais ou fatídicos, que muitas vezes, tornam defasados os dados que devemos obter para um melhor esclarecimento da pesquisa que realizamos.

No caso desta pesquisa a história oral, portanto, serve para verificarmos qual o entendimento e a compreensão que os indivíduos de etnia Guarani têm sobre a importância de sua identidade, qual o seu histórico, como estes veem a questão territorial e o seu desaldeamento dentro do contexto atual.

Pois, como afirma Amado e Ferreira: “As tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longe de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios” (2005, p.162). O que compreende a sua cosmovisão, através da qual poderemos verificar e entender a visão de identidade que possuem identidade que recai sobre o seu processo de desterritorialização e territorialidade, dentro de todo o processo histórico. Para Haesbaert (2004, p. 16):

O mito da desterritorialização é o mito de que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases.

Com base nas reflexões de Haesbaert, diríamos que os Guaranis durante todo o processo em que viveram, desde a saída de sua aldeia até a chegada no ponto em que hoje habitam, passaram por várias fases de desterritorialização que conseqüentemente eram territorializantes, pois apesar de perderem seu território tradicional, acabava por encontrar um novo que permitia uma nova territorialização e reconstrução de todo o seu status sociocultural, onde o território flutuante permite esta dinâmica. Segundo Haesbaert (2004, p. 97), territorialização ou territorialidade é:

[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

Portanto, territorialização é todo processo de habitação pela qual o indivíduo passa e a forma como ele age sobre o “novo” território em que vai habitar. Os indígenas desaldeados atuam desta forma sobre a terra que habitam. A partir do momento em que se instalaram e ocuparam, a área em questão passou a ser utilizada de todas as formas, tornando-se a base física para que possam se reproduzir enquanto grupo social, garantido assim sua existência enquanto etnia, dando continuidade em seus traços culturais que são repassados as novas gerações.

Para continuarmos nossa discussão sobre os indígenas desaldeados, necessitaremos compreender como é o seu modo de pensar e de ver o mundo, e para isso usaremos o conceito do “Perspectivismo” de Castro. Na concepção de Castro (2004, p. 1), Perspectivismo é a “concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos.”. O autor continua, dizendo:

[...] uma concepção indígena segundo a qual o modo como os seres humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo — deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos — é profundamente diferente do modo como esses seres vêem os humanos e se vêem a si mesmos. (2004, p. 3).

Para Castro “perspectividade — a capacidade de ocupar um ponto de vista — é uma questão de grau e de situação, mais que uma propriedade diacrítica fixa desta ou daquela espécie.” (2004, p. 04). Portanto ao analisarmos uma população indígena, que possui uma Cultura e um Perspectivismo próprio, diferente da maior parte da população brasileira e da realidade habitual desta população, necessitamos realizar um estudo prévio como forma de obtermos informações e dados de base sobre tais aspectos sociais, para que possamos analisar e interpretar sua fala de uma forma condizente com sua realidade, e que faça sentido ao nosso trabalho durante a análise de dados, para a conclusão final do mesmo.

Enquanto etnia desaldeada, pensamos que estes necessitam, que seja estabelecido um projeto de etnodesenvolvimento, dentro do qual o próprio grupo, teria capacidade de manter uma atividade produtiva para garantir o seu desenvolvimento econômico e social e, assim garantir uma fonte de renda permanente. Na definição de Stavenhagen (1984, p. 57 apud AZANHA, 2004, p. 03), “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

Já Verdum (2004, p. 02) cita Batalla (1982) para definir o Etnodesenvolvimento:

Uma das principais referências na formulação do conceito de etnodesenvolvimento na América Latina é Guillermo Bonfil Batalla, que assim o definiu: é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências

históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (Batalla *et al.* 1982).

Dentro da perspectiva abordada pelos autores acima citados, podemos dizer que o etnodesenvolvimento seria o estabelecimento de uma relação, onde os próprios indígenas pudessem deliberar através de decisões aprovadas pela comunidade ou pelo conselho que responde a esta, atos ligados a seu território, economia, área social, etc. Para que ocorra esse etnodesenvolvimento a plena realidade Azanha (2004, p. 03), defende que sejam estabelecidos alguns princípios básicos:

Em termos gerais, os princípios básicos para o *etnodesenvolvimento* seriam: objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas.

Dentro dos termos gerais, podemos identificar que cada agrupamento étnico desenvolveria um planejamento único, para que seu etnodesenvolvimento fosse completamente alcançado, pois segundo Azanha, cada sociedade deve desenvolver um planejamento que atenda as suas necessidades, que são únicas dentro da realidade vigente. Dentro de uma mesma sociedade indígena, que por vezes se diferenciam dos demais indivíduos da mesma, devido sua localização e forma de ocupação de um território.

Dentro da análise aqui levantada os indígenas Guaranis desaldeados, que residem no município de Guia Lopes da Laguna, possuem necessidades próprias a sua sociedade e ao seu grupo, onde nenhuma outra dentro do Estado e em tal situação pode vivenciar em seu existir. Azanha ainda estabelece indicadores para o estabelecimento do etnodesenvolvimento dentro das sociedades étnicas, são eles:

Nesses termos, o “etnodesenvolvimento”, quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolveria os seguintes *indicadores*: a) aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida; b) aumento do nível de escolaridade, na “língua” ou no português, dos jovens aldeados; c) procura pelos bens dos “brancos”

plenamente satisfeitos por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa *independência* das determinações externas do mercado na captação de recursos financeiros; e d) pleno domínio das relações com o Estado e agências de governo, a ponto de a sociedade indígena *definir* essas relações, *impondo o modo* como deverão ser estabelecidas. (AZANHA, 2004, p. 4)

Esses indicadores estabeleceriam uma forma de equilíbrio entre as sociedades étnicas e a sociedade “branca”, como forma de construir um desenvolvimento social e financeiro, correspondente em nível e interligado, buscando uma espécie de integração destas sociedades dentro de todo o complexo econômico e social nacional, reforçando os aspectos étnicos de cada agrupamento, como forma de garantir a manutenção cultural destes.

Outro aspecto relevante seria o desenvolvimento conciliado com a preservação da natureza, ainda hoje considerada fonte de recurso a muitas sociedades, atendendo também os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como forma de garantir a preservação dos recursos ambientais para que os povos “tradicionais” possam fazer uso destes.

A relação entre as sociedades étnicas e o Estado brasileiro, segundo Azanha (2004) deveria ser diferenciada, ou seja, o Estado deveria deixar de ter a “tutela” dos povos indígenas, decidindo como estes devem proceder, e passando a manter um diálogo permanente com os indígenas, os quais estabeleceriam as ações importantes a sua cultura e a sua vivência social, para dessa forma ocorrer à construção de uma sociedade verdadeiramente voltada a todos os habitantes do país. Desse modo as minorias étnicas possuiriam voz ativa na construção de uma sociedade mais igualitária e integradora.

Para realizar esta integração, os indígenas desalçados estão sendo incluídos em programas sociais (Políticas Públicas), voltados a populações com algum tipo de vulnerabilidade social. Francisco G. Heidemann nos oferece várias definições diferentes sobre Políticas Públicas:

Para David Easton, a política pública significa “a alocação oficial de valores para toda a sociedade” (1953, p. 129). Já H. Lasswell e A. Kaplan definem política como “um programa projetado com metas, valores e práticas” (1970, p. 71). E C. Friedrich garante que “é essencial ao conceito de política que contenha uma meta, objetivo ou propósito” (1963, p. 70).

Outra forma de definir política pública é desdobrar essa noção geral em suas partes constitutivas. O cientista político C. O. Jones (1977, p. 4), por exemplo, propõe que se considere a distinção entre as várias propostas de

políticas (meios especificados para atingir as metas), os programas (meios autorizados para atingir as metas), as decisões (ações específicas assumidas para implementar as metas) e os efeitos (os impactos mensuráveis dos programas).

De acordo com H. Eulau e K. Prewitt, “define-se a política como uma ‘decisão existente’, caracterizada por consistência e repetitividade comportamental tanto de quem a formula quanto também de quem a cumpre” (1973, p. 465).

Entretanto, para o cientista político Thomas R. Dye, “a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (2005, p. 1). (2009, p. 06).

As sociedades desaldeadas, sofrem de grande vulnerabilidade social, pois como não possuem um território próprio onde possam se desenvolver social e financeiramente, eles acabam por sofrer a influência de muitos aspectos negativos da sociedade em geral, devido a isso encontramos em algumas localidades grande índice de criminalidade e envolvimento como entorpecentes. Entendemos que as Políticas Públicas vem fazer frente a esta problemática, como forma de garantir uma maior estabilidade desta população através dos recursos e serviços prestados ou oferecidos por tais programas.

Para finalizarmos este capítulo gostaríamos de compartilhar do pensamento de Castro (2001, p 14), onde o autor defende: “É óbvio que é fundamental a garantia de espaço físico territorial às sociedades indígenas do Brasil como elemento de base para sua reprodução sociocultural, entretanto é também crucial a ampliação desse campo de discussão.”. Através desta fala, compreendemos que para um melhor desenvolvimento de todos os aspectos dos grupos indígenas não há apenas a necessidade da “devolução” de seu território tradicional, mas sim, uma discussão de forma ampla, sobre todos os aspectos que afetam a forma de viver desta parcela minoritária, porém de igual importância para a construção social de nosso país.

## CAPITULO II – “ESPARRAMO” GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL

O objeto de nossa pesquisa são os indígenas Guaranis que habitam o perímetro urbano da cidade de Guia Lopes da Laguna – MS. Para abordar esta temática, iniciaremos este capítulo fazendo um histórico sobre a etnia, que hoje perfaz segundo o Senso do IBGE 2010, uma população de cerca de 43 mil indivíduos no Brasil, retratando alguns dos processos de exclusão de tal grupo de suas terras tradicionais e a questão do êxodo das terras tradicionais indígenas Guaranis, e o consequente desaldeamento causado por tal processo.



Figura 02 – Localização do Município de Guia Lopes da Laguna no Estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: <http://feams.com.br/Associacoes/Associacoes.asp?Ordem=Filiada+desc>, acessado em 28 de maio de 2013.

Segundo Almeida (2013), há indícios arqueológicos que este grupo é originário da região que compreende as bacias do Alto Paraná e Paraguai. Uma das características das populações descritas pelos arqueólogos que estudam as origens desta etnia, são os movimentos de migração dentro dos territórios que eles compreendiam como um território próprio de sua ocupação.

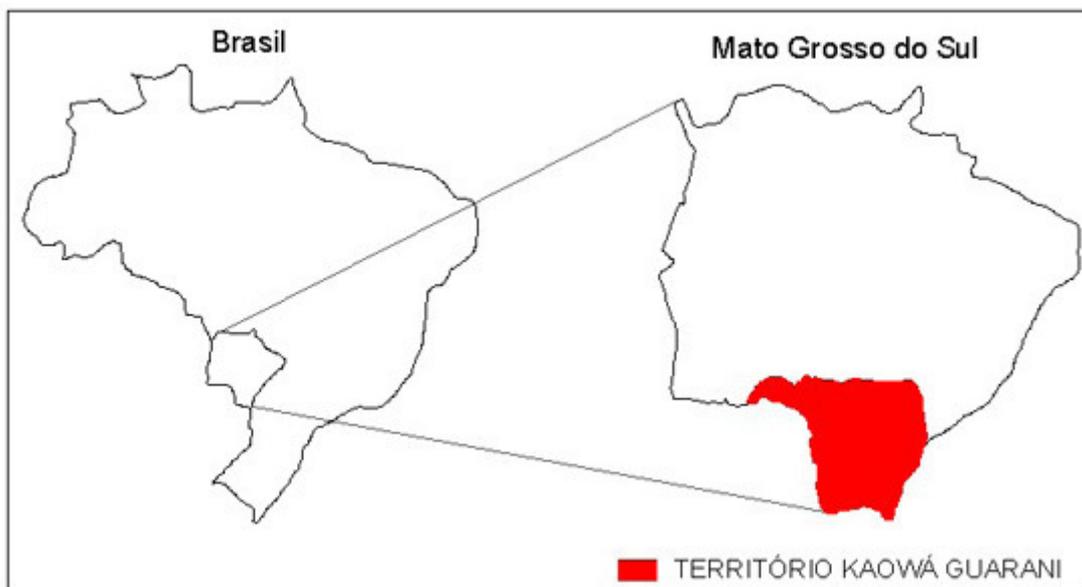


Figura 01 – Território Guarani.

Fonte: Geoprocessamento do Programa Kaiowá Guarani, NEPPI, UCDB (2005)

Segundo Almeida (2013), quando os europeus chegaram ao território que hoje compreende o Brasil, os indivíduos dessa etnia habitavam amplas regiões na área litorânea que vão desde hoje conhecido estado de São Paulo até o estado do Rio Grande do Sul, adentrando para o continente até o território que hoje é conhecido como estado de Mato Grosso do Sul.

Os Guaranis foram um dos principais povos que compunham as reduções jesuíticas que se estabeleceram na América do Sul já no século XVI, e que tinham o objetivo de catequizar os povos nativos da região. Segundo Almeida (2013):

Em 1603 o governador do Paraguai solicita a presença de padres da Companhia de Jesus para o trabalho de catequese. Assim, parte da população guarani foi "reduzida" (forçosamente concentrada) nos "aldeamentos" ou missões implantadas e administradas pelos jesuítas. A iniciativa de "reduzir" os índios pretendia, dentro do modelo pensado pelo colonizador, arregimentá-los em espaços específicos conhecidos como "reduções" ou "missões", cristianizá-los e, desta forma, facilitar o acesso à força de trabalho indígena pelos *encomenderos* de Assunção.<sup>1</sup>

O sistema de "encomienda" era um sistema desenvolvido pela coroa espanhola, para a conseqüente educação cristã a tais povos, onde a coroa dava a concessão de certa

---

<sup>1</sup> Idem, ibidem

quantidade de indivíduos para que o “encomendero” protegesse estes e educassem os mesmo dentro da doutrina cristã. Porém muitos se aproveitaram desta política para escravizarem os indígenas, utilizando-os no trabalho pesado, como por exemplo, a extração de minerais e minérios preciosos. Sobre as reduções Almeida (2013), comenta que:

De 1608 a 1768 se formaram dezenas de "reduções jesuíticas" nas então Províncias paraguaias do Guairá (parte do Paraguai, São Paulo e Paraná atuais), Itatin (parte do atual Mato Grosso do Sul e Paraguai oriental), Paraná (parte do Paraná e de Santa Catarina) e Tapes (parte de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraguai, norte da Argentina).<sup>2</sup>

No final do século XVI e início do século XVII, os paulistas iniciaram as expedições para o aprisionamento de indígenas Guarani e seu consequente uso como escravos, o que ficou conhecido com as bandeiras ou os bandeirantes, o que era facilitado pelo sistema jesuítico, pois encontravam dentro das reduções importantes “depósitos” de indígenas Guaranis.

Calcula-se que somente durante os séculos XVI e XVII mais de 356 mil indígenas foram escravizados, pelos sistemas bandeirantes e encomiendero de apreensão e escravização de indígenas.

Com o constante avanço das bandeiras dentro das reduções, tanto os padres jesuítas como os indígenas foram obrigados a fugir destas, migrando para o sul ultrapassando o atual Rio Apa no século XVII, ocupando até a atualidade o sul do Mato Grosso do Sul.

Segundo Troquez (2006), com a expansão do capitalismo entre o final do século XIX e XX, com a entrada de não índios para o “interior”, ocorreu uma série de conflitos ligados às terras indígenas, as quais passaram por um processo de colonização para a manutenção de fronteiras nacionais. Desta forma uma das principais agentes de colonização da região sul do estado de Mato Grosso do Sul foi a Cia. Mate Laranjeiras. O que afetou a dinâmica das sociedades tribais no período e resultou na criação das primeiras reservas indígenas. Neste sentido Troquez (2006) cita Monteiro (2003, p. 31) dizendo:

Ao longo dos séculos, os brancos foram se aproximando da região ocupada pelos índios de início apenas tangenciando-a para,

---

<sup>2</sup> Idem, Ibidem

posteriormente, irem ocupando o território dos Guaranis [Kaiowá e Nandeva] mais densamente. Dentre as alternativas de sobrevivência restou às populações indígenas o seu engajamento como mão-de-obra dos grandes ervateiros que se estabeleceram na área. O ‘disciplinamento’ das relações entre índios e brancos no Mato Grosso implicava no reconhecimento dos territórios indígenas e sua consequente demarcação.

Posto que após o ano de 1880, diversas frentes de expansão não índias passaram a ocupar a região devido à presença da Cia Mate Laranjeiras. Troquez (2006) relata também que a partir da criação no ano de 1910 do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), o Estado passou a ver a demarcação de reservas indígenas, como a única forma de resolver os problemas fundiários presentes na região, bem como a garantia da segurança e integridade dos indígenas que eram explorados como trabalhadores em muitos ervais existentes na região.

Segundo Troquez (2006, p. 32):

Por “outro lado”, com a criação de reservas, o governo poderia “liberar” o restante do território para os colonos. Mais ainda: com a população indígena concentrada em locais específicos, facilitava-se o acesso à sua mão-de-obra “farta e barata”. De acordo com Monteiro: “Cabe observar que o próprio Serviço de Proteção aos Índios servia como agenciador de índios para o trabalho de extração da erva-mate”. Sobretudo, havia uma intenção clara do Estado em transformar os indígenas em trabalhadores nacionais “integrados à nossa civilização” (MONTEIRO, 2003, p. 31; p. 166). Desta forma, as reservas indígenas foram resultadas de um projeto claro de “colonização” e “civilização” que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhes o direito a “posse” das terras que tradicionalmente ocuparam.

Segundo Azevedo et al. (2008, p. 12):

Entre os anos de 1915 e 1928, o Serviço de Produção aos Índios, SPI, demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dessa população indígena, perfazendo um total de 18.124 há, com o objetivo de confinar os inúmeros núcleos populacionais guaranis dispersos em amplo território no atual Estado de Mato Grosso do Sul. A demarcação dessas reservas constitui-se em importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequentemente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas.

Esse “confinamento” dos indígenas da região perante as políticas governamentais, se reflete até a atualidade, pois segundo Azevedo et al. (2008, p. 13) “[...] cerca de 80% segue nas oito reservas demarcadas pelo SPI, nas quais há forte concentração dos serviços de saúde, educação e assistência oferecidos pelo governo”. O que demonstra que as reservas continuam sendo palco da dominação do Estado sobre os povos indígenas.

A exploração dos indígenas pelos ervateiros da região sul do então estado de Mato Grosso, se dava pela aquisição de dívidas com os proprietários de terras, dívidas essas quase impossíveis de serem pagas, pela forma como eram cobradas as taxas referentes às mesmas. O que gerava um “trabalho sem fim” dos indígenas ou a mais conhecida “escravidão por dívidas”, onde a única forma de sair das dívidas muitas vezes era fugir para outras áreas.

No ano de 1943, foi criado pelo Decreto-lei nº 5.941 a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), que tinham como objetivo da acesso a terra a milhares de colonos vindos de outras regiões do país. Esta compreendia uma área de 300 mil hectares, que faziam parte das terras da União do então território Federal de Ponta Porã. Grandes quantidades dessas terras pertenciam às etnias que habitavam essa região.

Azevedo et al. (2008, p. 12), coloca:

A partir da década de 1950 acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento desse território. Números significativos de comunidades indígenas são obrigados a abandonar suas aldeias e deslocar-se para dentro de oito reserva de terras demarcadas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio, antiga FUNAI), acentuando-se o confinamento das aldeias.

Demonstrando assim, que o processo de confinamento dos indígenas da região sul do estado de Mato Grosso, foi um processo contínuo de exclusão destes de suas terras, e um confinamento de um grande contingente populacional que aumentava substancialmente em números com o passar do tempo, em um espaço único que se manteve inalterado até as últimas décadas<sup>3</sup>. Ainda segundo Azevedo et al. (2008, p. 12)

---

<sup>3</sup> O cenário relativo à quantidade de terras disponíveis aos indígenas, só se alterou a partir do início da demarcação de terras tradicionais na última década, onde segundo Azevedo et al. 2008, contribuiu com um aumento de cerca de 22.450 hectares só para os indígenas Guaranis.

“A reserva impõe o controle político da população, submetida a uma série de práticas que tinham como objetivo principal a assimilação”.

A população indígena pertencente à etnia Guarani, possuía características próprias em relação a organização socioeconômica, religiosa, cultivo das roças, casas e a sua cultura. Os núcleos familiares eram praticamente autônomos, movimentando-se pelos seus territórios para a manutenção da qualidade de suas terras e a garantia da produção de alimentos para o sustento de seus indivíduos. Nesta perspectiva Azevedo et al. (2008, p. 13), afirma que:

O confinamento em espaços exíguos trouxe o desafio de adequar a organização social dos Guaranis e Kaiowá à nova situação marcada pela superpopulação numa mesma região, pela sobreposição de famílias e pelas transformações de ordem econômica. O confinamento na reserva resulta assim num processo que limita drasticamente as possibilidades de reprodução do sistema social indígena – o *ava reko*. Este processo está na raiz dos principais problemas sociais e impasses vividos pela população Kaiowá e Guarani de hoje no MS.

Portanto fica claro, que o confinamento passado dos indígenas nas reservas existentes no estado de Mato Grosso do Sul, foi umas das causas dos problemas sociais e econômicos que estes vivenciam na atualidade, como o alto índice de mortalidade infantil registrado no município de Dourados-MS, por exemplo. Em Dourados chegamos a números como 12 mil pessoas em apenas três mil e quinhentas hectares. (Azevedo et al. 2008, p. 14).

Nesta “reserva” vivem mais de 40 grupos familiares distintos. Expulsos de outras aldeias foram obrigados a deslocar-se para essa área que, proporcionalmente, apresenta um dos maiores índices de violência, superiores a São Paulo e Rio de Janeiro. (Azevedo et al. 2008, p. 14).

Em busca de uma solução para todas essas problemáticas algumas aldeias existentes no estado, buscaram a retomada de seus territórios tradicionais como é o caso relatado pelo já citado Azevedo et al. 2008, onde ele revela que no ano de 1983 “foi feita à retomada da aldeia Pirakuá, município de Bela vista [...]” (2008, p. 15). Porém é constatado que em algumas localidades os indígenas foram expulsos de suas terras.

Essa expulsão ou “esparramo” como conhecidos pelos indígenas Guaranis, facilita a fragmentação da população bem como da sua cultura, pois após serem

expulsos estes passam a habitar no acostamento de rodovias próximas ao perímetro urbano das cidades.

Segundo Azevedo et al. (2008, p. 16):

Em função desse quadro de violência extrema em que se encontram os Guarani e Kaiowá em praticamente todas as terras indígenas, nas quais também cresce o comércio de álcool, drogas e a prostituição, muitas famílias têm migrado para outros espaços, especialmente para as cidades. Hoje é possível identificar vários grupos familiares que vão se estabelecendo de maneira precária nas periferias urbanas. Essas migrações decorrem das difíceis condições de vida nas reservas Kaiowá e Guarani, nas quais falta espaço para produzir seus alimentos e das dificuldades em encontrar trabalho fora das reservas, a não ser nas usinas de cana de açúcar e álcool.

Dentro dessa perspectiva nosso trabalho é exatamente identificar as condições sociais e o uso que estes indivíduos fazem das políticas públicas. Nas entrevistas realizadas conseguimos identificar o abordado no texto como a violência e as divergências entre os indivíduos de um mesmo grupo, como responsável pela mudança da aldeia para a cidade, esses dados serão abordados mais profundamente no próximo capítulo.

Conforme apontado no capítulo I, os conceitos de territorialização e desterritorialização se aplicam a análise das condições sociais e uso de políticas públicas por parte da população indígenas guarani na área urbana de Guia Lopes da Laguna. A desterritorialização desses indivíduos e sua conseqüente territorialização próxima ao perímetro urbano, não alterou em nada a sua identidade enquanto Guarani, fato que fica evidente, durante as entrevistas realizadas com os indivíduos desta etnia, que residem no município de Guia Lopes da Laguna - MS. Esses, quando questionados sobre sua etnia fazem questão de reforçar que são indígenas Guaranis.

O último aspecto a ser ressaltado, é a questão da violência simbólica pela qual esta etnia passou e passa em seu histórico, pois segundo Bourdieu (2004, p. 11).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

Esta violência simbólica é demonstrada todas as vezes que é abordada a expulsão dos guaranis de seus territórios tradicionais, pelo Estado e a sua consequente concentração nas reservas que se fazem presente até a atualidade, A exemplo da reserva indígena de Dourados – MS, a qual comporta cerca de 45 mil indivíduos de três etnias em apenas três mil e quinhentas hectares, segundo relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário- 2010).

Considerando a bibliografia que comentamos no curso deste capítulo, podemos perceber que a região de Guia Lopes da Laguna foi uma região de moradia de indígenas Guarani antes da chegada dos conquistadores/invasores europeus, os quais os expulsaram da região que atualmente recebe outros grupos de guarani, deslocados de suas terras localizadas mais ao sul do estado, devido a não garantia das condições básicas de sobrevivência para uma população tão expressiva.

### **CAPÍTULO III – FAMILIAS GUARANI DESALDEADAS DE GUIA LOPES ATENDIDAS PELO CRAS**

Para a realização dessa pesquisa, definiu-se como objeto de estudo as famílias indígenas desaldeadas de Guias Lopes da Laguna, assistidas por programas sociais pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no perímetro urbano do município de Guia Lopes da Laguna – MS, com o objetivo de entender quais melhorias estes programas trazem para esse grupo.

Para entendermos quais melhorias estes programas sociais executados pelo CRAS trazem para as famílias indígenas desaldeadas de Guias Lopes da Laguna, foi necessário um levantamento com pesquisa de campo, junto aos indígenas desaldeados no período de 01 de abril a 05 de maio de 2013 por meio de entrevistas semi-estruturadas (Anexo I), cotejadas por dados estatísticos.

Trabalhamos com fontes orais por que as comunidades indígenas têm sua identidade baseada na oralidade, onde acessam a memória de suas experiências conforme Stuart Hall (Ibid., p. 88):

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias.

Nesse sentido entendemos que continuam mantendo a sua identidade através da memória que possuem do passado, em um processo parecido com o que foi descrito por Hall e que aqui é afirmado através da memória cultura que estes resgatam de seu passado, projetando-a no seu presente.

Na questão da memória ainda podemos citar Le Goff, o qual destaca que, “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471). Desta forma a memória seria a única capaz de manter toda a dinâmica sócio territorial destes grupo, enquanto um grupo desaldeado.

### **3.1 - CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência social) e sua atuação dentro da sociedade Lagunense.**

O município de Guia Lopes da Laguna – MS é atendido pelos programas de assistência social CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência social). A equipe de Profissionais que atende o CRAS é constituída por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, duas educadoras, uma secretária, e uma funcionária para serviço geral.

Conforme entrevista com a coordenadora<sup>4</sup> do CRAS, o programa é ligado a uma rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Guia Lopes da Laguna - MS surgiu em 2006, para cumprir com as normas da Política Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), com o intuito de consolidar a rede baseada na garantia de direitos, implantados por meio de políticas públicas descentralizadas e articulada.

O Centro de Referências de Assistência Social também promove visitas nos domicílios objetivando ações de caráter preventivo, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um serviço de assistência social do governo federal em parceria com a prefeitura, com gestão plena. Foi instalado em Guia Lopes da Laguna - MS em 2009, destinado apenas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual.

A fase inicial desta pesquisa a campo ocorreu por meio de observações no local de residência dos indígenas desaldeados atendidos pelos programas sociais, tendo em vista que aí eles constroem sua a identidade. Sendo que 07 famílias indígenas são cadastradas no centro de referência de assistência social (CRAS), e somente 05 foram encontradas.

---

<sup>4</sup> Ramona Dias Cristaldo. Coordenadora do CRAS de Guia Lopes da Laguna – MS, 03/04/2013.

Pois Milton Santos entende que o território só é entendido a partir do uso que os indivíduos fazem dele. Portanto precisávamos entender como a identidade atua para a manutenção do território, compreendendo a atuação dos indígenas deslocados sobre o território que ocupam, e como a falta de um território fixo/tradicional constrói as interações sociais com o restante de seu povo, com os demais indivíduos da sociedade a qual estes, são obrigados a se inserir e conviver para que alcancem os direitos básicos de um cidadão.

A análise referente às entrevistas com os indígenas deslocados que são cadastrados no programa de assistência social, nos mostra que (2) das famílias cadastradas já haviam se mudado do local, demonstrando a flutuação de seu local de moradia, o que poderia indicar dificuldade de adaptação, ou sobrevivência nesta região, como demonstrado no gráfico abaixo, cerca de 30% das famílias cadastradas não foram encontradas, já tendo mudado para outras localidades, as quais não foram identificadas no decorrer da pesquisa. Mesmo contando com o apoio dos programas sociais oferecidos pelo CRAS, estas famílias não conseguem se manter em determinadas áreas da cidade devido ao custo de vida.

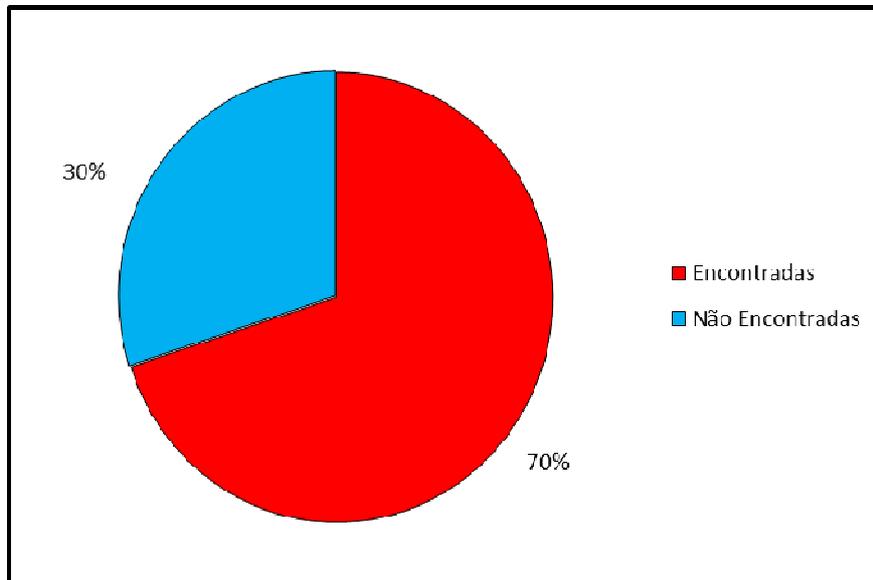


Gráfico 01 - Quantidade de famílias cadastradas no CRAS e encontradas durante a realização das entrevistas.

Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de campo 2013.

A gráfico 01 revela que dentre as 07 famílias indígenas cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), só foram encontradas (5), os outros (2), já não residiam mais no local. E segundo relatos dos vizinhos não sabiam seu paradeiro.

A partir do gráfico 02, foi possível constatar que do total de (5) entrevistados, apenas 20% ou seja, uma família indígena tem moradia própria. Os demais 80%, vivem em locais invadidos, alugados ou cedidos.

Verificamos que algumas dessas famílias vivem em situações insalubres, próximos de barrancos “voçorocas”, rios. As moradias são feitas de bambu cobertas por palmeiras (bacuri), sem o mínimo de saneamento básico, água encanada, energia elétrica, tendo que realizar suas necessidades fisiológicas a céu aberto.

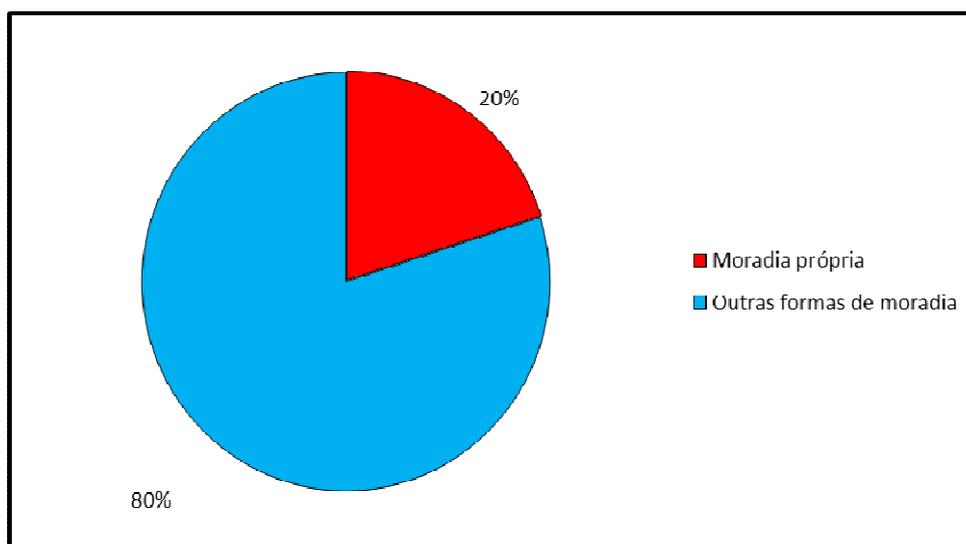


Gráfico 02 - Percentual de famílias entrevistadas que possuem moradia própria.  
Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de campo 2013.

Serão apresentados os locais de residência, e o resultado das entrevistas realizadas com os indígenas desaldeados que estão inseridos no programa social. Por meio desta pesquisa foi possível aprender a realidade socioeconômica desses indígenas e de seus familiares e se realmente estão sendo priorizados por outras políticas públicas do município destinadas ao atendimento dos direitos fundamentais de todos, como por exemplo, moradia popular, entre outros.



Figura 03 - Casa da indígena Eliane Palácio, Bairro São Miguel, (G.L.L.).  
Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de Campo, 2013.

A entrevistada, Eliane Palácio<sup>5</sup> relatou que nasceu próximo ao Município de Bela Vista, na zona rural, até o momento em que seus pais receberam uma gleba de terra localizada na Aldeia Pirakuá, viveu lá até a morte de seus pais. Por não possuírem título definitivo o capitão da aldeia arrendou essa área pertencente aos seus pais a pecuaristas circunvizinhos. Devido à dificuldade para sustentar a família dentro da aldeia saiu em busca de sobrevivência, percorrendo as fazendas em trabalhos diaristas, temporários, (changas) até chegar à cidade de Guia Lopes da Laguna, onde já havia alguns indígenas Guarani-Kaiowá acampados em terrenos baldios. A mesma relatou que comprou o terreno onde vive hoje com muito trabalho e em várias prestações. Para sustentar a família é cadastrada no programa bolsa família, vale renda e recebe uma cesta básica por mês da FUNAI.

---

<sup>5</sup> Eliane Palácio, Indígena Guarani Moradora em Guia Lopes da Laguna - MS, em 05/04/2013.



Figura 04 - Casa da indígena Marli Pinoza, Bairro São Miguel, (G.L.L.).  
Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de Campo, 2013.

Na entrevista com a indígena Guarani Nair Pinoza e sua filha Marli Pinoza<sup>6</sup>, investigamos os motivos da invasão do terreno e formação do acampamento nessa localidade, que fica próximo ao rio Santo Antônio. Segundo a entrevistada acamparam, por não terem outro lugar disponível, isso há treze anos atrás. Naquela época o terreno era baldio, então se fixaram lá, permanecendo até os dias atuais. Não tem água encanada e nem energia elétrica, água somente do poço e são realizadas em local improvisado e impróprio as necessidades fisiológicas das famílias que residem nessa área.

---

<sup>6</sup>Marli Pinoza, Indígena Guarani Moradora em Guia Lopes da Laguna - MS, em 05/04/2013.



Figura 05 - Banheiro da família de Nair Pinoza, Bairro São Miguel, (G.L.L.).  
Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de Campo, 2013.

A escolha do acampamento passa pelo processo de busca de um lugar onde possam viver de acordo com o seu sistema social e cultural. Sobre esta questão Santos pontua que, “O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual”. Ou seja, a relação de identidade com o território é historicamente construída e alterada no dia a dia, variando conforme as relações ou fatos sociais que acontecem, juntamente com a abordagem cultura e que é dada a este território, no caso Guarani-Kaiowá, como forma de manutenção de seus traços culturais.

Em seu êxodo buscam um lugar, onde possam resgatar e dar continuidade às formas tradicionais de vivência, principalmente no que se relaciona à cultura e religião. A terra para os índios nesse contexto tem uma conotação que vai além do lugar onde vivem e tiram o sustento, ela faz parte da vida social, cultural e espiritual dos índios Guarani.

Segundo dona Nair<sup>7</sup>, quando ficam doentes eles ainda recorrem à tradição do seu povo. Eles recorrem então aos remédios caseiros feitos de plantas medicinais usados pelo seu povo, tais como Para-tudo, Chico Magro, Sucupira, Tarumã, Algodão Nativo e outros. Com essa prática consegue resolver os problemas mais comuns como dor de barriga e estômago, infecções por acidente, picadas de cobras e insetos, amarelão<sup>8</sup>, e problemas decorrentes da menstruação. Quando precisam de médico vão até o posto de saúde, mas se sentem, “mas mal do que já estavam porque fica um jogo de empurra os atendentes diz que é a FUNAI que tem que dar assistência pra gente”.

A entrevistada Cristina<sup>9</sup> relatou que mora nesta casa cedida, até conseguir arrumar um outro lugar para morar. Segundo ela veio da aldeia Pirakuá com seu marido por causa de desavenças com o capitão da aldeia, ela recebe bolsa família, e duas cestas básicas sendo uma do CRAS e outra da FUNAI.

Segundo Cristina o marido sai para trabalhar nas fazendas e ganha R\$ 400,00 reais mensais porque não consegue serviço na cidade e ela não pode acompanhar, para que os filhos possam estudar na cidade. A casa onde vive não tem iluminação e nem água encanada, quando ocorre algum problema de saúde procura o posto, mas na maioria das vezes segue as tradições. Sempre que podem vão visitar amigos na aldeia Cerroy, localizada a 30 km da cidade de Guia Lopes da Laguna e conversa com os filhos em guarani para poderem seguir as tradições.

---

<sup>7</sup> Nair Pinoza, Indígena Guarani, moradora em Guia Lopes da Laguna - MS, em 05/04/2013.

<sup>8</sup> Amarelão: nome popular para anemia.

<sup>9</sup> Cristina Arima Peralta, Indígena Guarani, moradora em Guia Lopes da Laguna - MS, em 05/04/2013.



Figura 06 - Casa da indígena Cristina Arima Peralta, Bairro São Miguel, (G.L.L.).  
Fonte: PIRES, G. B. Pesquisa de Campo, 2013.

Desta forma, através da construção e manutenção de sua identidade ainda que desaldeados, os indígenas do grupo analisado nesta pesquisa, reafirmam seu pertencimento a etnia Guarani, pois como afirma Hall (2003, 23), “a identidade é definida como algo que preenche o espaço entre o interior e o exterior entre o indivíduo e o mundo”, ele também afirma que esta é uma construção contínua, que é passado de geração em geração, garantindo a continuidade de sua estrutura identitária e cultural.

Considerando as falas dos entrevistados e observando o seu local de moradia, podemos perceber que os programas sociais do governo federal implementados pelo CRAS em convênio com a Prefeitura de Guia Lopes são ainda insuficientes para melhorar as condições de sobrevivência desta parte da população do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é utilizado historicamente pelos Guaranis desaldeados como forma de reprodução e manutenção do seu grupo social. Ao analisarmos todo o processo de êxodo que passaram, concluímos que sua identidade étnica não foi perdida e se mantém até as gerações atuais, na medida em que aglutina a população em torno de um ideal comum, que é a reprodução de seu modo de vida em moradias ainda que ocupadas e ainda fora da aldeia, como um território flutuante, conforme apontado por Maffesoli (2001).

Também foram capazes de construir um território e uma identidade sócio-territorial em todos os lugares em que habitaram, aplicando os seus conhecimentos tradicionais, construindo assim, uma identidade territorial nas mais diversas situações e adversidades enfrentadas. Este é o exemplo de seu território flutuante, o grupo carrega consigo a carga histórica cultural de seu povo, garantindo um território em que desenvolveram seus aspectos culturais, mesmo não tendo a posse deste, utilizando para isso suas rezas, medicamentos, plantas medicinais e cerimônias tradicionais.

A luta pela identidade e território se faz cada dia mais presente no meio deste grupo, que é reforçada pelas recentes conquistas que as etnias consideradas irmãs têm alcançado nas últimas décadas. Isto serve de estímulo e incentivo para que busquem os seus objetivos dentro da nova conjuntura nacional que está sendo construída. Após décadas de descaso por parte do Governo, os indígenas estão começando a ter acesso as suas necessidades básicas.

Dentro dessa perspectiva nosso trabalho buscou identificar as condições sociais e o uso que estes indivíduos fazem das políticas públicas. Dentro das entrevistas realizadas conseguimos identificar o abordado no texto como a violência e as divergências entre os indivíduos de um mesmo grupo, como responsável pela mudança da aldeia para a cidade.

Finalizamos esta análise, convencidos da construção e manutenção de sua identidade ainda que desaldeados, os indígenas do grupo analisado nesta pesquisa, reafirmam seu pertencimento a etnia Guarani, não esquecendo os traços culturais que a eles foram transmitidos por seus antepassados.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. F. T. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/549>, acessado em: 01 de abril de 2013.

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 7ª ed. 2005.

AMARAL, N. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Coordenação de Ricardo Warendorff Caldas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson, Belo Horizonte, Sebrae/MG, 2008. 48 p.

AZANHA, G. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**. 2004. 09 p.

AZEVEDO, M. et al. Guarani Retã 2008: **Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. 2008. 24p.

BRAND, A. **O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese. Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. 1997

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal). 7ª ed. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2004. 322 p.

CASTRO, E. V. de. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. O que nos faz pensar nº 18, setembro de 2004. 30 p.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**, Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta, 2º ed. Florianópolis, Ed.da UFSC. 2001. 453 p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004. 400 p.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. DP & A. Rio de Janeiro. 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sala de Imprensa: Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194>, acessado em: 26 de maio de 2013.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo:** vagabundagens pós-modernas. Trad. Marcos de Castro. Record. Rio de Janeiro. 2001.

PORTELLI, A. **Forma e Significado na História Oral.** A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História, PUC, São Paulo, nº. 14. 1997. p. 1-279.

SANTOS, M. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo. SP. Editora Fundação Perseu Abramo. 2007.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores Índios e Transformações Socioculturais em um Cenário Multiétnico:** A Reserva Indígenas de Dourados (1960 – 2005). (Dissertação de Mestrado). UFGD. Dourados. Mato Grosso do Sul. 2006. 192 p.

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas:** a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). 2004. 15 p.

**ANEXOS**